

Feminismo e ciência: os desafios para o reconhecimento da mulher na ciência moderna

Lais Regina Kruczeveski¹

Resumo: As dicotomias (natureza-cultura, natureza-sociedade), ou como diz Anne Fausto-Sterling (2002), os dualismos, sempre estiveram presentes nos debates antropológicos e continuam sendo alvo de muitos estudos na sociedade atual, sobretudo quando são tratadas questões de gênero e feminismo. E assim como Heleieth Saffioti (1994) comenta que, embora a humanidade já tenha superado que em nível de sociedade não existem mais fenômenos naturais, desde a década de 1980, observa-se um assustador retorno às posições essencialistas que vinculam a mulher a natureza enquanto que o homem permanece vinculado a esfera da cultura. Neste sentido, este trabalho propõe uma análise acerca destas dicotomias com base na perspectiva de gênero para se pensar a situação da mulher ao longo do desenvolvimento da ciência e as consequências para o reconhecimento de seu papel ativo como construtoras de conhecimento. Para isto foi necessário o aprofundamento das concepções de dualismos e dicotomias como proposta de análise das possíveis barreiras enfrentadas pelas mulheres na ciência como produtoras de conhecimento. O caso de Marie Curie não foi o único na história em que a mulher enfrentou grandes desafios para adentrar o campo científico e ser reconhecida pelos seus grandes feitos. Deste modo, será possível abordar questões acerca do desenvolvimento das mulheres dentro da ciência, assim como os enfrentamentos para o reconhecimento delas como sujeito e agente de história.

Palavras-chave: Gênero; mulher; ciência; feminismo.

Introdução

De acordo com Fausto-Sterling (2002) os europeus e os norte-americanos possuem um modo de compreender o funcionamento do mundo a partir do uso de dualismos, ou seja, pares de conceitos, sistemas ou objetos e seus opostos. Neste sentido, a autora trabalha com três dualismos que são em grande medida fundamentais para analisar as questões de gênero na nossa sociedade que são, sexo/gênero, natureza/criação e real/construído.

Fausto-Sterling (2002) inicia seu trabalho narrando um fato ocorrido com a atleta Maria Patinõ, nas Olimpíadas de 1988. Patinõ, uma das principais corredoras com barreira da Espanha, se esqueceu de levar seu atestado médico declarando um fato aparentemente óbvio: de que era uma mulher. O Comitê Olímpico Internacional (COI) tendo previsto que algumas mulheres poderiam esquecer deste certificado de feminilidade² tinham equipamentos para realizar este teste ali mesmo, antes da prova. Patinõ então precisou raspar algumas células da

¹ Universidade Estadual de Londrina.; discente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.
E-mail: lais_kruczeveski@hotmail.com.

² Até 1968, as mulheres deveriam ficar nuas diante de um conjunto de examinadores para atestar que elas eram, de fato, “mulheres” (SENKEVICS, 2012).

bochecha para realizar o teste. Algum tempo depois, recebeu um chamado. A atleta teve que passar por um novo exame. E neste novo exame houve a confirmação de que Patiño havia sido reprovada no teste de sexo.

Apesar de parecer uma mulher, ter força de uma mulher, as células de Patiño continham o cromossomo Y e seu corpo ocultava testículos, além de que ela não possuía útero nem ovários. Com este resultado, a atleta foi impedida de participar das Olimpíadas. A imprensa descobriu o ocorrido e sua vida virou de ponta cabeça quando seus títulos conquistados foram retirados e Patiño foi impedida de voltar a competir, foi expulsa da moradia atlética nacional e a atleta precisou lutar para sobreviver.

Fausto-Sterling (2002) com base neste acontecimento, traz a vista a questão de como estes dualismos interferem na vida de pessoas que não se encaixam neles. Há pessoas que estão fora destes dualismos, e a ciência moderna não é capaz de incluí-las pois não há espaço para elas nestes conceitos. A autora reflete então: o que é ser feminina e o que é ser masculino? Existe uma linha divisória entre masculino e feminino? Qual é esta linha divisória? Os médicos declararam que Patiño nasceu com uma síndrome de insensibilidade ao andrógeno. Portanto, mesmo tendo o cromossomo Y e seus testículos produzissem testosterona, suas células eram incapazes de detectar os hormônios masculinos e seu corpo foi moldado com características femininas.

O caso de Patiño não é o único³ no mundo⁴, na verdade é mais comum do que se pensa este e outros casos que põe em prova as definições e as linhas divisórias criadas pela ciência moderna que separam uma e outra coisa. O seguinte trabalho busca pincelar estas questões com o objetivo de causar a inquietação acerca destas dicotomias que trazem o questionamento da ciência moderna, e que a partir dos estudos feministas e de gênero nos permitiu uma ampliação de olhar crítico para estes modos de fazer ciência.

Natureza e cultura – Sexo e gênero

Fausto-Sterling (2002) comenta que, nas últimas décadas, a relação entre a expressão social da masculinidade e da feminilidade e seus aspectos físicos subjacentes foram bastante debatidos na ciência. A autora aponta John Money e Anke Ehrhardt que em 1972,

³ De acordo com o Journal Sentinel, num artigo chamado The American Journal of Bioethics, os cientistas estão questionando os testes de sexo, pois eles podem deturpar a evidência ao relacionar níveis de testosterona com o sexo e o desempenho dos atletas. Além de que estes testes podem ocasionar a discriminação de mulheres que não atendem os ideais tradicionais de feminilidade.

⁴ *“Na verdade, o único caso documentado de um homem se passando por “mulher” ocorreu em 1936, quando Heinrich Ratjen, um membro da Juventude Nazista, competiu com as mulheres no salto em altura sob o apelido de “Dora”. Sua “masculinidade”, porém, não se traduziu em vitória, ficando o jovem nazista em quarto lugar” (FAUSTO-STERLING, 2002).*

disseminaram a ideia de que sexo e gênero são, na verdade, categorias separadas. De acordo com estes autores, sexo deve se referir aos atributos físicos e é anatômica e fisiologicamente determinado, enquanto que gênero se refere a uma transformação psicológica do eu, ou seja, uma convicção interior de que se é homem ou mulher (identidade de gênero).

Outras feministas da década de 1970 também afirmam o sexo diferente de gênero e que as instituições sociais são moldadas para perpetuar as diferenças e desigualdades de gênero. Segundo Fausto-Sterling (2002), estas autoras argumentavam que os corpos feminino e masculino apesar de terem funções reprodutivas diferentes, poucas diferenças de sexo não poderiam ser mudadas pelas vicissitudes da vida. Ora, se as meninas não aprendem matemática com a mesma facilidade que os meninos, o problema não está em seus cérebros. Segundo a autora, estas dificuldades se dão pelas normas de gênero e das expectativas e oportunidades pensadas para meninos e meninas.

Se entender o gênero como construção social, é possível também entender que este trabalho não se trata de buscar uma igualdade entre os sexos num campo social, ou de negar as diferenças entre homens e mulheres, mas sim de compreender essas diferenças como o fruto de uma convivência que é mediada pela cultura.

Uma pesquisa realizada por Lindamir Salette Casagrande (2011) em uma escola da rede pública de Curitiba analisa as relações de gênero das turmas de 5º à 8º série nas disciplinas de matemática, e demonstrou o silenciamento e a invisibilidade que as meninas apresentam a partir de certo momento da sua vida escolar. A autora acredita que uma pesquisa acerca de gênero desenvolvida com estudantes desta faixa etária é de fundamental importância, tendo em vista que os/as estudantes estão em pleno desenvolvimento do processo de produção das identidades.

O curioso deste trabalho, foi que ao desenvolver a pesquisa de campo na escola, Casagrande (2011) constatou que houve diferenças no posicionamento de meninos e meninas em relação aos/as colegas, aos/as professores/as e também em relação ao conteúdo matemático. Nos anos iniciais, não foram observadas diferenças de rendimento e compreensão no conteúdo da disciplina, diferentemente dos anos mais avançados em que se constatou um melhor rendimento dos meninos em relação às meninas.

Casagrande (2011) verificou que as meninas eram silenciadas e se silenciavam diante da classe e do/a professor/a. A autora também averiguou que são esperadas expectativas diferentes em relação a meninos e meninas, desde a organização do caderno, o comportamento em sala e o desempenho escolar. Estas expectativas podem alterar, direta ou

indiretamente, o modo de pensar destas meninas, assim como pode alterar a percepção si própria como sujeito e agente se conhecimento.

Neste sentido, como afirma Fausto-Sterling (2002), ter um pênis ou uma vagina é uma diferença de sexo. Agora o desempenho inferior das meninas em relação a matemática, a física, biologia, é uma diferença de gênero. Estas feministas, segundo a autora não estavam questionando o domínio do sexo físico, mas sim os significados psicológicos e sociais dessas diferenças, no caso, o gênero.

Judith Butler (2010) afirma que a teoria feminista tem, em sua essência presumido que exista uma identidade definida, entendida pela categoria de mulheres, que além de atender aos objetivos feministas, também constitui o sujeito mesmo em nome de que a representação política é almejada.

A autora acrescenta que para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa com o intuito de promover a visibilidade política das mulheres. Recentemente essa percepção dominante da relação entre teoria feminista e política passou a ser questionada. O próprio sujeito das mulheres não é mais entendido em termos estáveis e permanentes. Os domínios da “representação” política e linguística estabelecem em critério segundo o qual os próprios sujeitos são criados, com o resultado da representação só se entende o que pode ser reconhecido como sujeito.

Butler (2010), contudo cita que além das ficções “fundacionistas” que sustentam a noção do sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. *Mulher* passou a ser um termo problemático. Se você é *mulher*, certamente isso não é tudo que uma pessoa pode ser. Essa presunção política de que deve haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas é frequentemente acompanhada da ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. Apesar de que o patriarcado universal vem sendo amplamente criticado.

Em relação a esta ordem compulsória sexo (corpo) e gênero, a autora acrescenta mais um fator, o desejo. Butler (2010) afirma que embora a unidade indiscutida da noção de “mulheres” seja frequentemente invocada para construir uma solidariedade da identidade, uma divisão se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero. Ela acredita que se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira.

A distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente constituídos. Butler (2010) faz então a suposição da estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. E mesmo que os sexos permaneçam na problemática de binário, porque o gênero também deve permanecer? Quando o status *construído* do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante.

Se o sexo é ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. Deste modo, Butler (2010) acredita que o gênero não deve ser meramente visto como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, ou seja, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza.

Quando as teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, qual é o modo ou mecanismo dessa construção? Butler (2010) aponta que quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Beauvoir (1960) sugere, porém, que não nascemos mulher, mas nos tornamos, ou seja, o gênero é construído. Não há nada nessa formulação que o ser que nos tornamos é fêmea, como para Beauvoir (1960) o “corpo é uma situação” então não há como recorrer a um corpo que já tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais.

Essa controvérsia sobre o significado da *construção* parece basear-se na polaridade filosófica convencional entre livre arbítrio e determinismo. Se o gênero e o sexo são fixos ou livres, é função desse discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à pesquisa ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise de gênero.

Butler (2010) cita que embora os/as cientistas sociais se refiram ao “gênero” como uma dimensão de análise, ele é também aplicado a pessoas reais como uma “marca” de diferença biológica. Algumas teóricas feministas acreditam que o gênero é um conjunto de relações e não atributo individual, já outras, argumentam que somente o gênero feminino é marcado, que a pessoa universal e o gênero masculino se fundem em um só gênero, definindo com isso, as mulheres nos termos do sexo deles e enaltecendo os homens como portadores de uma pessoalidade universal que transcende o corpo.

Butler (2010) cita Luce Irigaray, que acredita que as mulheres constituem um paradoxo. As mulheres são o sexo que não é uno, mas múltiplo. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem

designar. Indo na contramão de Beauvoir, Irigaray argumenta que tanto o sujeito como o Outro são esteios de uma economia significativa falocêntrica e fechada, que atinge seu objetivo totalizante por via da completa exclusão do feminino.

Já Butler (2010) aponta que as possibilidades interpretativas do conceito de gênero não se exaurem absolutamente nas alternativas sugeridas por Beauvoir e Irigaray. A circualidade problemática da investigação feminista sobre o gênero é sublinhada pela presença de posições que pressupõe ser o gênero uma característica secundária das pessoas, e também de posições que argumentam ser a própria noção de pessoa como sujeito, uma construção masculina e uma prerrogativa que exclui efetivamente a possibilidade semântica e estrutural de um gênero feminino.

A autora volta a Beauvoir para falar que o “sujeito”, na analítica existencial da misoginia, é sempre já masculino, fundido com o universal, diferenciando-se de um “Outro” feminino que está fora das normas universalizantes que constituem a condição de pessoa corporificada. Esse pensamento posto por Beauvoir levanta a questão: mediante que o ato de negação e renegação posa o masculino como uma universalidade descorporificada, é o feminino construído como uma corporalidade renegada?

Beauvoir (1960) propõe então que o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora. Essa teoria de corporificação de Beauvoir é limitada pela reprodução acrítica da distinção cartesiana da liberdade e corpo. A construção discursiva do corpo, e sua separação do estado de “liberdade”, não consegue marcar no eixo do gênero a própria distinção corpo/mente que deveria esclarecer a persistência da assimetria dos gêneros.

Beauvoir acredita que o corpo feminino é marcado no interior do discurso masculinista, enquanto que Irigaray sugere que tanto o marcador como o marcado são mantidos no interior de um modo masculinista de significação, no qual o corpo feminino é como que “separado” do domínio de significável.

Feminismo e ciência: a falta de reconhecimento e a desvalorização da mulher

Pensando nos termos de Fausto-Sterling (2002) que diz que as feministas não questionavam o domínio do sexo físico; mas os significados psicológicos e culturais dessas diferenças, ou seja, o gênero, Londa Schiebinger (2001) ilustra esta realidade quando elabora um trabalho crítico de mapeamento da mulher na academia e constata que a incorporação da mulher na ciência, não foi um processo fácil, assim como o seu reconhecimento como sujeito de conhecimento ainda é um processo em desenvolvimento. Neste sentido, a autora afirma

que não é possível fazer a incorporação da mulher na ciência sem balançar os alicerces da ordem vigente.

Schiebinger acrescenta que a ciência nunca foi neutra em relação as questões de gênero, e que as desigualdades entre homens e mulheres foram incorporadas à produção e à estrutura do conhecimento. Estas incorporações de estereótipos e discriminação de gênero estão presentes desde o modo como a ciência foi escrita como também em relação a exclusão, abafamento e desvalorização de trabalhos elaborados por mulheres. Também é visto nas barreiras culturais e sociais para o ingresso da mulher nas instituições de ensino, como estudantes e como profissionais.

Schiebinger (2001) cita que no início dos anos de 1990, as características femininas passaram a ser vistas como fenômenos culturais específicos e generalizava-se o pensamento feminista de que as mulheres tinham “maneiras de saber” distintas. Ou seja, que as mulheres tinham um modo de pensar diferente dos homens, nesta época também se acreditava numa romantização dos valores considerados femininos.

Georgia Faust (2015) comenta que as mulheres geralmente são associadas a “virtudes” e “qualidades” vinculadas à intuição e sensibilidade, compreensão e afeto, enquanto que os homens são vinculados à autonomia, força, responsabilidade e coragem. E é sabido por todos nós que a educação das mulheres sempre for diferente que a dos homens. Saffioth (1994) comenta que no Brasil, a educação das mulheres nunca foi decidida e coordenada por elas, mas sim por homens brancos, donos de terras. Segundo a autora, sua educação no período colonial as preparava para serem passivas, submissas, sedentárias. Sua casa era seu mundo.

Segundo relatos de navegantes do período colonial, duas características marcantes das mulheres brancas no Brasil eram “timidez” e “ignorância”. Muitas mulheres de posses eram inclusive lesadas em suas fortunas por não saberem o português. Quando houve a necessidade de educação das mulheres brancas, ela acontecia dentro das suas casas, com aulas de bordado, etiqueta, música, francês e português. Com o advento da indústria, a preparação das mulheres foi para funções “femininas” como a datilografia, professoras de primário, enfermeiras (SAFFIOTH, 1994).

Além destes papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, Schiebinger (2001) questiona o desenvolvimento da ciência ocidental, e mostra como a sua estrutura e fundamentação está mergulhada em estereótipos de gênero. A autora cita que a identidade de gênero do indivíduo que faz a ciência influencia no conteúdo desta ciência e não apenas isto, mas também é importante observar o cânone desta ciência, uma mulher pode muito bem fazer

uma ciência masculina, o que em alguns casos aconteceu, porque somente deste modo o estudo teria reconhecimento.

De acordo com Schiebinger (2001), muitos cientistas homens ainda defendem que o conhecimento científico é neutro, mas a questão que a autora coloca é que a ciência moderna é, na verdade, o resultado de centenas de anos de exclusão das mulheres, e é justamente por este motivo que a inclusão da mulher na ciência deve causar impactos profundos na ciência a partir de agora.

Um exemplo que mostra claramente este enviesamento da ciência masculina é dado por Emily Martin (1996). A autora cita que quando se ensina biologia na escola, se ensina, na verdade, muito mais do que o mundo natural, ensina-se também crenças e práticas culturais como se também fizessem parte do mundo natural. Ou seja, a autora, analisando materiais didáticos utilizados em sala de aula, no contexto americano, percebeu juízos de valor diferentes para homens e mulheres.

Segundo a autora, nas aulas de biologia, quando se ensina sobre o sistema reprodutivo masculino e feminino, os estereótipos implicam em seu discurso, não apenas que os processos biológicos femininos valem menos que os correspondentes masculinos, mas também ensina que as mulheres valem menos que os homens. Martin (1996) aponta que quando os materiais didáticos se referem ao sistema reprodutor feminino, algumas palavras que apareceram foram: “interrupção”, “morte”, “perda”, “privação”, “expulsão”, “desperdício”. Em relação ao sistema reprodutor masculino, as palavras vistas foram: “extraordinária”, “fantástica”, “enorme magnitude”.

Uma frase recolhida de um desses materiais, que compara o sistema reprodutor de ambos os sexos diz sobre o sistema masculino:

Os mecanismos que guiam a extraordinária transformação celular do ‘spermatid’ em esperma maduro permanece incerta... Talvez a mais fantástica característica da espermatogênese é sua enorme magnitude: o homem normal pode produzir várias centenas de milhões de espermatozoides por dia (MARTIN, 1996, p. 1).

Em relação ao sistema reprodutor feminino, as definições foram as seguintes: “Enquanto a fêmea verte apenas um único gameta a cada mês os túbulos seminíferos produzem centenas e milhões de espermatozoides a cada dia”. Porque nestes textos a imensa produção de esperma por dia não é vista como uma espécie de desperdício enquanto que um único gameta feminino não fertilizado no período é visto como tal?

Não há entusiasmo quando os autores falam sobre o sistema reprodutor feminino, quanto ao sistema reprodutor masculino, há uma enorme exaltação. Além de que nestes textos

o óvulo é visto como grande e passivo, enquanto que o esperma é definido como ágil e dinâmico.

Segundo Martin (1996), graças as novas pesquisas, foi comprovado que o óvulo também possui papel muito ativo durante a reprodução, e que o esperma não é tão ativo e independente do óvulo assim, na verdade ele precisa do auxílio do óvulo para chegar até ele. Entretanto, mesmo sendo reconhecido esta nova versão da reprodução, o óvulo continua sendo colocado nos textos como um gameta passivo. Este é um exemplo claro de como a ciência de fato enviesa questões de gênero e não é neutra em relação a diversas outras questões.

O que o estudo de Martin demonstra é que a falta de reconhecimento da mulher na ciência não se refere apenas no silenciamento e ocultação dos trabalhos desenvolvido por mulheres na academia, mas também no modo como a ciência é escrita e no modo como a mulher e seus corpos são descritos pela ciência.

Schiebinger (2001) aponta que as pessoas costumam misturar as palavras “mulher”, “gênero”, “fêmea” e “feminismo”, mas a verdade é que cada palavra possui uma definição distinta, e “feminismo” não é um “palavrão”. Além de que cada definição não pode ser vista como um conceito universal. Butler já nos mostrou que, por exemplo, a definição de mulher, vista como sujeito universal limita a compreensão do campo, uma mulher pode ser muitas coisas além de mulher. Ela poderia ser proprietária de escravos, enquanto outras mulheres poderiam eram escravas. Uma mulher branca, rica, sente estigmas diferentes de uma mulher pobre, negra. Neste sentido, a autora afirma que a forma como conhecemos é influenciado pelos nossos valores.

A crítica do sujeito e da ciência moderna para a construção de uma nova ciência que inclua as mulheres e outras minorias

Bruno Latour (1994) conta que os críticos desenvolveram três repertórios distintos para falar sobre nosso mundo. O primeiro é o repertório da naturalização, neste sentido, quando se fala em fatos naturalizados, não há mais sociedade, nem sujeito, nem forma de discurso. O segundo repertório é a socialização, ou seja, o poder sociologizado em que não há mais ciência, técnica, texto nem conteúdo. O terceiro e último é o da desconstrução. Este fala sobre os efeitos da verdade no mundo. Estes três repertórios, segundo o autor são importantes para a análise em si, porém não podem ser usados combinados entre si.

Latour (1994) aponta que os fatos científicos são construções de pessoas, ou seja, são dotados de valores e vivencias, porém, não podem ser reduzidos ao social porque ele está

povoado por objetos mobilizados para construí-los. Neste sentido, o autor também faz uma crítica os dualismos e as dicotomias que a ciência “moderna” utiliza para definir as coisas. Segundo Latour, nunca seremos modernos enquanto a ciência se pautar nestas definições. O autor acredita que uma ciência moderna que ainda mantenha os olhos nesses dois polos (natureza-cultura) não é uma ciência moderna, e sim, não-moderna.

Neste mesmo sentido, a crítica lançada por Walter Mignolo (2008) também é em relação ao desenvolvimento da ciência ocidental. Mignolo fala acerca da proposta de Quijano, de 1990 sobre a desobediência epistêmica. Esta obra diz que se não iniciar este movimento de desobediência, não será possível o desencadeamento epistêmico, e assim permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados. Ou seja, aqueles que são enraizados nos conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares.

Sem esta mudança, não seremos capazes de ultrapassar os limites do Marxismo, os limites do Freudismo e Lacanismo, os limites do Foucauldianismo; ou até os limites da Escola de Frankfurt. A proposta do autor não é “deslegitimar” as ideias críticas europeias, porém, o autor aponta que o eurocentrismo, colocando-se como centro do pensamento humano, criam periferias. Por exemplo, o selvagem só é selvagem porque existe uma definição do que é civilizado, o que não se encaixa nesta definição de civilizado é considerado selvagem.

Mignolo (2008) usa o termo descolonial no sentido de descolonizar o pensamento eurocentrado, este termo é importante pelo o autor porque além da identidade permear todo o aspecto das identidades sociais, também exerce controle da política de identidade, construindo uma identidade que não se parece como tal, mas como a aparência “natural” do mundo. Sendo assim, a imagem de um ser branco, com posses, heterossexual, cristão e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidade que denota identidades tanto similares quanto opostas como essencialistas e fundamentalistas. Neste sentido, os/as negros/as, as mulheres, os indígenas não aparecem representados como sujeitos de reconhecimento.

Gayatri Spivak (2010), faz uma crítica aos esforços atuais do ocidente em problematizar o sujeito em relação ao “sujeito do terceiro mundo” representado no discurso ocidental. A autora aponta que uma das críticas mais radicais produzidas pelo ocidente são aquelas que procuram manter o sujeito do ocidente. A teoria dos “sujeitos efeitos” pluralizados dão a ilusão de um abalo na soberania subjetiva. Mesmo que a história da Europa seja narrada pela lei, pela economia, pela política, esse sujeito parece não ter nenhuma conotação geopolítica. Deste modo, a autora faz uma argumentação que a difundida crítica ao

sujeito, realmente cria um Sujeito e para isto ela se utiliza de Foucault e Deleuze para explicar.

Tanto Foucault quando Deleuze compartilham das contribuições da teoria pós-estruturalista francesa, porém ambos ignoram a questão da ideologia e seu próprio envolvimento da história intelectual e econômica. Spivak afirma que a conversa entre Foucault e Deleuze esta demarcada por dois “sujeitos em revolução” monolíticos e anônimos (um maoísta e a luta dos trabalhadores).

De acordo com Spivak (2010), Foucault e Deleuze ao deixarem de considerar as relações entre desejo, poder e subjetividade, ficam incapacitados de articular uma teoria dos interesses. O interesse de Foucault pela especulação “genealógica” o impede de localizar em Marx e Freud os divisores de água de um fluxo contínuo da história intelectual. Quando Foucault considera a heterogeneidade difusa do poder, ele não ignora a heterogeneidade institucional que Althusser tenta esquematizar. Foucault, entretanto, não pode admitir que uma elaborada teoria da ideologia reconheça sua própria produção material na institucionalidade.

Spivak aponta que esses filósofos se veem compelidos a rejeitar todos os argumentos que nomeiam o conceito de ideologia como sendo apenas esquemático ao invés de contextual. Assim eles alinham-se a sociólogos burgueses que ocupam o lugar da ideologia com um inconsciente continuísta ou com uma cultura parasubjetiva. Essa matriz parasubjetiva entremeada com a heterogeneidade conduz o sujeito inonimado pelo menos para aqueles trabalhadores intelectuais influenciados pela nova heterogeneidade do desejo.

Esta questão da identidade, segundo Stuart Hall (2006), vem sendo muito discutida na teoria social, isto porque, segundo o autor, as velhas identidades que durante muito tempo manteve estabilizado o mundo social estão entrando em declínio. Neste sentido, novas identidades vão surgindo enquanto que o sujeito moderno vai se fragmentando. Há na atualidade, portanto, uma crise de identidade, e as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, que no passado tinham sólidas localizações como indivíduos sociais estão se fragmentando, ocasionando uma mudança nas identidades pessoais, abalando as ideias e conceitos antigos. Esta fragmentação do sujeito tem como consequência principal o questionamento da ciência moderna e a valorização de novas formas de se fazer ciência.

Donna Haraway (2000), Londa Schiebinger (2001) e Sandra Harding (1996) são algumas das autoras que constataram que o feminismo de fato balançou a teoria social, causando uma série de questionamentos que devem ser debatidos e reformulado. Segundo

Haraway (2000), foi quase que exclusivamente pelo feminismo que se começou a pensar no modo como a ciência se escreve. Segundo a autora, há um controle do corpo para se manter uma ordem hegemônica, esta ordem, porém, está entrando em colapso.

Ao desenvolver o manifesto do ciborgue, Haraway (2000) propõe uma reflexão e uma crítica a esta sociedade que cria um centro e deste modo, cria também as margens. Ciborgue é uma palavra que não faz sentido no nosso vocabulário, e é por este motivo que a autora lança esta proposta. Assim como ciborgue não se encaixa na nossa linguagem, há também outras “coisas” e sujeitos que não se encaixam nesta sociedade de conceitos dicotômicos. Muitas existências não são reconhecidas, até sofrem risco de vida quando não fazem parte de um enquadramento, pois, na medida que se cria o centro, para alguns indivíduos que não se encaixam neste centro, restando-lhes somente, a margem.

Um ciborgue não é inocente, ele tem intensão, ele busca abalar esta ordem vigente. Ciborgue “é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2000, p. 36). Somos híbridos de máquinas quando usamos óculos, aparelho odontológico, próteses. Neste sentido, somos reais e ao mesmo tempo ficção.

Para a autora, realidades sociais significam relações vividas, ou seja, significa construção política. Estas construções têm o poder de mudar o mundo. Haraway cita o exemplo dos movimentos internacionais de mulheres têm construído aquilo que se pode chamar de “experiência das mulheres”. Esta experiência pode ser vista como uma ficção e também como fato. Neste sentido, a libertação das mulheres dependerá em princípio, da construção da consciência desta opressão.

Ciborgue, para Haraway (2000) é, portanto, ficção e experiência vivida, uma junção de corpo biológico e máquina. É por meio do ciborgue que o sujeito moderno, nomeado com sujeito de direito, hétero, branco e com posses sofre alguns deslocamentos. A autora acredita que o feminismo é o movimento fundamental para esta crítica da teoria social vigente, que desmascara este homem abstrato universal. Se todos são iguais, porque durante muito tempo as mulheres foram “cuidadas” pelos homens no sentido de não poderem ter propriedades, votar, trabalhar fora e aprender e produzir ciência? Os movimentos feministas trouxeram estes questionamentos e auxiliou nessas mudanças teóricas e práticas na vida das mulheres.

Haraway critica algumas teorias feministas que também contestam a prevalência deste sujeito universal e abstrato, porém não as transcenderam. Butler é uma cientista que propôs mudanças, Haraway, entretanto foi mais radical, ela propôs o fim da dualidade, das dicotomias, pois como no caso de Maria Patinõ, há questões que não podem ser explicadas

por elas. Por exemplo, a anatomia se torna inútil ao tentar definir o tamanho que um clitóris ou um pênis deve ter. Patiño é uma intersexo, ou seja, não se encaixa (segundo as definições tradicionais da ciência) numa definição de masculino nem de feminino, ela se encontra entre estas definições e fora delas.

Nestes casos, a ciência não encontra no corpo a definição do sexo, busca-se então os cromossomos, como no caso de Patiño, mas então se percebe que a procura nos cromossomos não é suficiente, então a ciência moderna vai em busca de outras definições. E este discurso acaba se tornando um ordenamento do mundo.

Quando Butler (2010) faz a desvinculação de sexo, gênero e desejo, começa-se a permitir pensar outras formas de desejo, outras formas de corpos, como Patinõ, outras formas de gênero. Por isso a crítica de Haraway (2000) a Foucault, que segundo ela, o conceito de biopolítica dele não passa de uma débil premonição da política do ciborgue, que abrange um campo muito maior de análise. Haraway aponta que:

Nas tradições da ciência e da política ocidentais (a tradição do capitalismo racista, dominado pelos homens; a tradição do progresso; a tradição da apropriação da natureza como matéria para a produção da cultura; a tradição da reprodução do eu a partir dos reflexos do outro), a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras (HARAWAY, 2000, p. 37).

Neste sentido, a autora acredita que as coisas que estão em jogo nesta guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação, ou seja, esta proposta argumenta em favor da confusão dessas fronteiras e da responsabilidade em sua construção. Portanto, no que se refere a teoria feminista, o ciborgue é uma criatura de um mundo pós-gênero, sendo assim, não tem compromisso nenhum com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, ou com o trabalho não alienado. O ciborgue é “oposicionista, utópico e nada inocente” (HARAWAY, 2000, p. 38).

Considerações finais

Quando Donna Haraway foi convidada para escrever sobre o conceito sexo/gênero em um dicionário marxista encontrou algumas dificuldades no trabalho de traduzir os mesmos termos para o alemão, espanhol, francês e chinês e de encaixar o conceito de sexo e gênero nesses idiomas que em muitos casos uma mesma palavra significavam a mesma coisa. A autora comenta: “meu inglês era marcado por raça, geração, gênero (!), região, classe, educação e história política” (HARAWAY, 2004, p. 205). Ela então se perguntou como

poderia ser este seu inglês a matriz definidora para sexo/gênero em geral? Ela constata que obviamente ele não é. Este trabalho seria muito mais complexo do que apenas definir.

A partir do momento que o feminismo começou a ser uma fonte de questionamento da ciência, Sandra Harding (1996), comenta que a questão de gênero deixou de ser um campo de interesse limitado às mulheres. Neste sentido a autora acredita que “la ciencia no es sólo un conjunto determinado de enunciados ni un método único, sino un conjunto global de prácticas significativas” (HARDING, 1996, p. 81), ela é na verdade um campo de batalha, em que ideias são rebatidas, contestadas e reformuladas. O feminismo pode ser considerado então, um agente impulsionador de mudanças na ciência moderna.

Quando Fausto-Sterling (2002) analisou as dicotomias sexo/gênero, natureza/criação e real/construído e quando foram apresentadas as ideias dos/as autores/as no decorrer deste trabalho, como Butler, Hawaray, Schiebinger, a desvinculação e a desconstrução destes dualismos possibilitou pensar em novas formas de se fazer ciência. O modo como a ciência moderna foi construída ao longo dos séculos, sobretudo a partir dos princípios cartesianos e da exclusão não apenas das mulheres, mas de muitas outras vozes, limitou muito o campo de análise e conhecimento. Tudo o que não fosse possível encaixar nesses conceitos, seria considerado margem, periferia, quando não expelidos e excluídos da sociedade.

Pensar em uma ciência sem as dicotomias e sem as vinculações sexo/gênero/desejo/natureza/cultura permite-se ampliar o olhar. Entendendo que o conhecimento científico moderno, defendido por tantos anos como uno e absoluto é algo construído através de valores, percepções, vivências, olhares, lugares, é possível perceber que ele pode ser desconstruído e reelaborado trazendo a vista uma grande parte desde mundo que durante a vivência desta ciência moderna, permaneceu apagada e excluída.

Todas as mulheres, independente de classe, raça/etnia, orientação sexual, foram e são sujeito e agente de história e conhecimento. Os movimentos feministas permitiram que muito deste reconhecimento científico, político e social fosse permitido. Um caminho ainda longo nos espera, sobretudo no âmbito cultural. Este é bem mais complexo de ser mudado.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASAGRANDE, Lindamir Salete. *Entre silenciamentos e invisibilidades: Relações de gênero no cotidiano das salas de matemática*. Tese (Doutorado em Tecnologia). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

FAUST, Georgia Martins. *Altas Habilidades e superdotação: questão de gênero?* 30 jun. 2015. Disponível em: <<https://geofaust.wordpress.com/2015/06/30/altas-habilidades-e-superdotacao-questao-de-genero/>> Acesso em: 07 de out. de 2016.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Dualismo em duelo*. Cadernos Pagu, n. 17-18, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. *Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. Cadernos Pagu (220) 2004: pp. 201-246.

HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: SILVA, Tadeu. *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madri: Ediciones Morata, 1996.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MARTIN, Emily. *O óvulo e o espermatozoide: Como a ciência construiu um romance baseado em papéis estereotípicos macho-fêmea*. Nova York: Oxford University Press, 1996, p. 103-120.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de Identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF. Niterói, nº 34, 2008, p. 287-324.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?*Bauru: EDUSC, 2001.

SENKEVICS, Adriano. *Arquivo da tag: Maria Patiño. Um breve histórico da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos*. Ensaios de gênero, 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/maria-patino/>> Acesso em: 23 de fev. de 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.